

---

SANSONE, Livio (Org.). *A política do intangível: museus e patrimônios em novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2012. 352 p.

*Sara Santos Morais\**

*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasil*

*A política do intangível* foi editada em um contexto de ampliação do interesse e das discussões críticas acerca das inter-relações entre antropologia e patrimônio imaterial. Outras obras, como *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas de identidades* (Sansone, 2012), *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos* (Tamaso; Lima Filho, 2012), *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos* (Lima Filho; Beltrão; Eckert, 2007) e *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios* (Gonçalves, 2007) são exemplos que atestam as inquietações surgidas nesse cenário, decorrente, em grande medida, da publicação do Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como patrimônio cultural e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (Brasil, 2000).

Organizado por Livio Sansone, a coletânea se dedica à compreensão de processos de patrimonialização e musealização em curso no Brasil e alhures – Cabo Verde, Peru, Cuba e Colômbia – e resulta do Seminário Internacional Memória, Patrimônio e Identidade, organizado pelo XIII Curso Avançado Fábrica de Ideias, no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UFBA.

A perspectiva *técnica* do Estado, amparada em legislações específicas da área da cultura, pode se beneficiar das análises empreendidas pelos autores dos 15 artigos reunidos, promovendo frentes de interlocução e um novo fôlego à reflexão sobre critérios e categorias que circundam o campo de atuação.

---

\* Contato: sarasmorais@gmail.com.

De um lado, as questões enfrentadas pelos artigos fornecem uma enxurrada de ideias sobre “a possibilidade de construir uma metodologia para a patrimonialização da cultura intangível” (p. 10). De outro, levantam temas imprescindíveis para se refletir sobre as técnicas e métodos de pesquisa envolvidos nos processos de patrimonialização dessa “cultura intangível”. Em ambos os casos, são dados passos indubitavelmente necessários a uma valorização e aproveitamento mais efetivos dos instrumentos disponibilizados pelos dados construídos pela *antropologia prática* (Cardoso de Oliveira, 2004).

No decorrer do livro, os autores estão interessados em alinhar suas discussões sobre políticas de patrimônio imaterial a um contexto de “globalização”. Suas análises apontam críticas dos processos de exclusão de formas e processos artesanais de economia por um sistema maior e homogeneizador gerado pelo sistema capitalista. De fato, os bens culturais imateriais e as *culturas tradicionais* fazem parte de dinâmicas muito particulares. As políticas de valorização do patrimônio imaterial tentam alargar as concepções de identidade e pertencimento, ao resgatar *memórias* e viabilizar os contextos locais de produção e reprodução de práticas culturais.

A despeito da heterogeneidade dos temas de pesquisa e de eventos etnográficos e/ou históricos – todos, diga-se, convergindo para a problemática do patrimônio intangível –, os artigos que compõem o volume podem ser agrupados em três blocos temáticos: 1) memória e mudanças sociais; 2) mercado e turismo; e 3) museus digitais.

Além deles, o livro conta com dois ensaios que se conectam indiretamente ao assunto principal, que discutem patrimônio documental (“Os papéis de Juan Gualberto Gómez no arquivo nacional de Cuba: ensaio experimental sobre a memória histórica dos negros e mulatos”, de Pedro Alexander Cubas Hernández) e a trajetória biográfica de uma família de intelectuais negros na Colômbia (“Legados artísticos e culturais afro-colombianos: em memória de Delia, Juan e Manuel Zapata Olivella”, escrito por Sergio Andrés Sandoval).

No primeiro bloco concentram-se os ensaios dedicados à questão da *memória*, através da apreensão de narrativas orais e registros históricos que emergem de mudanças sociais tematizadas por manifestações populares, e de reapropriações, por atores diversos, de aspectos das culturas tradicionais, ao retirá-los de seu contexto social de origem para “apresentá-los” a um público externo. O texto de Gabriel da Silva Cid (“A capoeira como patrimônio cultural: na roda da memória quem inscreve identidades?”), por exemplo, aborda o

processo de patrimonialização da capoeira e as dinâmicas por ele produzidas, tentando entender as mudanças de sentidos da expressão ao longo do tempo e as tensões provocadas por diferentes vertentes e memórias de capoeiristas. Ana Rita Araújo Machado, em artigo intitulado “Bembé do mercado de Santo Amaro: o patrimônio afro imprime as cores da festa”, indica que “os discursos sobre o festejo do Bembé, não se limitam a uma simples evocação do passado, mas realçam as reinterpretações sobre as memórias das lutas do passado” (p. 112).

Antonio Evaldo Almeida Barros (“Ao ritmo dos Bumbas: obliterações e desigualdades na construção de um patrimônio festivo brasileiro (c. 1900-1950)”) e Gláucia Nogueira (“Batuko de Cabo Verde: percurso histórico-musical”) também se inserem nessa discussão. O autor, analisando organizações festivas como os grupos de bumba meu boi em São Luís do Maranhão durante os festejos juninos na primeira metade do século XX, observa que “as narrativas acerca dos significados e origens dos bois são estruturadas no campo denso e tenso em torno do qual gravitam questões sobre ‘raça’, classe e identidade no Brasil” (p. 27). Nogueira, por sua vez, ao investigar as origens e transformações do gênero musical *batuko*, expressão tradicional da ilha de Santiago, em Cabo Verde, revela como seus sentidos se modificaram ao longo do tempo, passando de “incivilizado”, nos séculos XVIII e XIX, para gênero musical de prestígio, na atualidade.

O segundo bloco trata da questão do turismo e do mercado. Em um texto muito interessante sobre a inserção do patrimônio imaterial à política nacional de turismo na Colômbia, intitulado “El patrimonio que tenemos y que ellos quieren ver. Destinos indígenas y políticas de turismo y patrimonio cultural inmaterial en Colombia”, Margarita Chaves e Giselle Nova apresentam um cenário de tensões e desencontros entre sujeitos diversos, mostrando a dificuldade do governo e das ONGs em “promover una inclusión más real de las poblaciones locales y de los indígenas em las decisiones sobre la exhibición o el inventario de prácticas culturales” (p. 213). Outro caso emblemático é o descrito por Agrimaria Nascimento Matos, em “Novas configurações e narrativas sobre o lugar das ‘manifestações culturais’ numa localidade do recôncavo baiano”, no qual a autora discorre sobre a promoção de um “turismo étnico” por agências do ramo em Salvador, que promovem visitas a lugares com maior expressão da cultura “afro-baiana”, como casas de candomblé e algumas cidades do Recôncavo.

Um terceiro bloco temático concentra-se nas novas perspectivas em relação a museus, com especial interesse sobre a criação e implementação de museus em formato digital. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, a partir de apontamentos teóricos e esquemáticos acerca de museus digitais; Jamile Borges Silva, que apresenta a utilização de tecnologias relacionadas a museus *on-line*; Myriam Sepúlveda dos Santos, através da descrição do projeto Museu digital da Memória Afro-Brasileira e Africana; Angela Figueiredo, que discutiu uma exposição fotográfica sobre “cabelo crespo”; Karen Bernedo Morales, que apresentou a questão de um museu itinerante, são exemplos de autores cujo interesse analítico recai sobre esse tema. Encerrando a coletânea, o ensaio de Livio Sansone discute aspectos teóricos, práticos e políticos do impacto das novas tecnologias de comunicação na construção de museus virtuais ou digitais e nos novos mecanismos de construção da memória. Sua orientação é “suscitar o debate em torno de um museu digital sem acervo físico: nosso projeto interdisciplinar, interinstitucional e transnacional de museu digital da memória africana e afro-brasileira” (p. 327).

Atravessando a coletânea, vislumbra-se uma questão de fundo que gira em torno dos processos, instituições e atores envolvidos na transubstanciação de objetos culturais em símbolos nacionais. De fato, como sustentou Antonio Barros no texto de abertura, “a busca de uma definição de ‘cultura brasileira’ e da identidade nacional continua sendo uma questão tida como fundamental” (p. 28). Não é outra a motivação que alicerça as políticas de preservação em estados nacionais. Desse ponto de vista, *A política do intangível* alimenta a possibilidade de discussões produtivas geradas entre instâncias de produção de saber que se complementam. A reflexão universitária e a experiência de gestão e pesquisa dos órgãos de preservação podem se enriquecer mutuamente a partir de suas atividades respectivas no trato do patrimônio imaterial, fortalecendo a compreensão e o alargamento dos sentidos e práticas patrimoniais no Brasil e em outros contextos nacionais. E, nesse sentido, o intangível pode tornar-se tangível.

## Referências

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, C. et al. (Org.). *Antropologia e ética*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 21-32.

GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. (Coleção Museu Memória e Cidadania).

LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SANSONE, L. (Org.). *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012.

TAMASO, I. M.; LIMA FILHO, M. F. (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.